

FORMAÇÃO DE GESTORES E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL, UMA RELAÇÃO ORGÂNICA

Dinair Leal da Hora – UFPA –
tucupi@uol.com.br

Reginaldo Célio Almeida de Oliveira – UFPA –
prof_reginaldo.tuc@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A educação brasileira passou a contar, a partir de 1995, com novos marcos regulatórios que procuram possibilitar programas, projetos e ações destinadas à consolidação da educação pública de qualidade. Pelos Planos Nacionais de Educação, iniciativas como a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos; a ampliação da educação obrigatória e gratuita que passou a abranger a educação infantil e o ensino médio, além do fundamental; a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), destinado ao financiamento dessa ampliação; entre outras, além da a ampliação de políticas afirmativas e de inclusão, da expansão do acesso ao ensino superior e da interiorização das instituições federais desse nível, bem como o aumento dos recursos para financiar a educação estabelecido na Emenda Constitucional nº 59, de 2009, podem ser concretizadas.

Nesse contexto, as práticas de formação apresentam-se com o caráter de superar a especialização de gestores qualificados que, não raramente, assumem fazeres capazes de afastar ou excluir outros sujeitos dos processos educativos, atribuindo a toda e qualquer situação ocorrida na escola uma dimensão administrativa, isolando-a do todo social que é de onde provêm as suas causas, vendo-a apenas como produtos de fatores tais como, incompetência das pessoas e grupos envolvidos, decisões incompatíveis com a solução, entre

outros.

Para estabelecer consentaneidade com a intenção político-pedagógica de garantir solidez à qualidade da escola pública é necessário que, nas práticas de formação de educadores nos cursos de formação de gestores educacionais, sejam “[...] propiciadas oportunidades ao estudante para obtenção de uma sólida formação teórico-prática que o faça vir-a-ser portador uma ampla visão do fenômeno educativo, em suas múltiplas determinações, e que, desenvolva competências referentes ao campo de atuação profissional.” (AGUIAR, 2012, 202).

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objeto o planejamento na formação de gestores. Seu objetivo é o de descrever como se dá a relação orgânica entre planejamento participativo e práticas consistentes na formação de gestores educacionais, usando para tal o caso da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FEBF/UERJ quando da implantação de uma nova Proposta Curricular do Curso de Pedagogia Multi-habilitação em Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Administração Escolar.

O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E A FORMAÇÃO DE EDUCADORES

As recentes discussões a respeito de planejamento educacional têm abordado, predominantemente, questões relativas aos I e II Planos Nacionais de Educação de 2001 – 2010 e 2014-2024, respectivamente, especialmente tratando de temáticas como monitoramento e avaliação da execução dos planos, como forma de garantir que os princípios, as diretrizes, as metas e as estratégias ali definidas pela coletividade sejam operacionalizados.

Nesses estudos, debates e discussões é defendida a organização de um sistema de monitoramento e avaliação que pode ser compreendido, em sentido amplo, como o conjunto de atividades articuladas, sistematizadas e formalizadas de produção, registro, acompanhamento e análises críticas das informações originadas na gestão das políticas educacionais, de seus programas, produtos e serviços por parte dos órgãos colegiados, dos profissionais da educação e da população em geral, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisões relativas aos esforços necessários para a melhoria da ação educativa, tornando-a consistente, crítica e criativa.

De fato, a partir desses dispositivos, a educação nacional passou a contar com novos marcos regulatórios que procuram possibilitar programas, projetos e ações destinadas à consolidação da educação pública de qualidade.

Pelos PNE's iniciativas como a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos; a ampliação da educação obrigatória e gratuita que passou a abranger a educação infantil e o ensino médio, além do fundamental; a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), destinado ao financiamento dessa ampliação; entre outras, além da a ampliação de políticas afirmativas e de inclusão, da expansão do acesso ao ensino superior e da interiorização das instituições federais desse nível, bem como o aumento dos recursos para financiar a educação estabelecido na Emenda Constitucional nº 59, de 2009, podem ser concretizadas.

Para estabelecer consentaneidade com a intenção político-pedagógica de garantir solidez à qualidade da escola pública é necessário que, nas práticas de formação de educadores nos cursos de formação de gestores educacionais, sejam “propiciadas oportunidades ao estudante para obtenção de uma sólida formação teórico-prática que o faça vir-a-ser portador uma ampla visão do fenômeno educativo, em suas múltiplas determinações, e que, desenvolva competências referentes ao campo de atuação profissional.”(AGUIAR, 2012, p.202).

Baffi (2012) apresenta a ideia de planejamento como uma ação contínua, processual, pela qual se estabelecem os meios para atingir os fins. É sempre um processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações diagnósticas que, no caso da ação pedagógica, possibilita formação consistente.

Luckesi (2011) apresenta o planejamento como um modo de articular fins e meios e, portanto, não se trata de um ato neutro, mas há sempre um comprometimento ideológico. No entanto, para ele, planejar em nosso país, especialmente na área de educação, tem sido tratado como uma atividade neutra, sem comprometimentos. Ele afirma que há um senso comum de que “o ato de planejar é um ato simplesmente técnico” (p. 126), porém, se trata de um ato político-social, científico e técnico ao mesmo tempo. Assim, o autor acredita que é necessário então que o planejamento ultrapasse a dimensão técnica para que se torne um momento de decisão sobre a construção de um futuro.

CONSIDERAÇÕES EM PROCESSO

A proposta de realizar um processo de formação de gestores de escolas que pudesse privilegiar a formação do sujeito social (dentro da escola ou na organização da comunidade) e a conquista da cidadania para as diferenças sociais e que pudesse superar o caráter fragmentado da “disciplinarização” dos conhecimentos procurou legitimar-se, na prática, pela atribuição de cada uma das disciplinas por mais de um professor, na pressuposição de que assim, sem “proprietários”, cada conjunto de conhecimentos pudesse ser discutido de forma mais articulada.

Entretanto, a própria organização dos conteúdos em “grade” de disciplinas fortaleceu a disciplinaridade e fez com que os professores dividissem a ementa em itens e cada um ficava com uma “parte” e aí uma disciplina, com um conjunto de conhecimentos tornava-se duas com enfoques e práticas diferenciadas.

Em 2003, o trabalho da disciplina gestão de sistemas educacionais foi organizado em dupla e, com base nas experiências dos dois anos anteriores, decidimos realizar um processo de ensino que pudesse ao mesmo tempo fazer um trabalho articulado de modo a enfrentar os desafios postos para a formação de gestores de escolas e que são, como diz MACHADO (2002, pp.10-11):

- 1) aqueles vinculados às mudanças de paradigma, à reconstrução da cultura de formação e à experimentação de novas práticas nesse campo;
- 2) os desafios relacionados com o contexto que vem determinando a instituição de novos padrões de gestão escolar, com fortes determinações sobre o processo de aprendizagem e de formação dos profissionais que tomem em consideração esse contexto complexo, heterogêneo e em permanente mudança é um desafio não só de ordem metodológica, mas de conteúdo social e ético que deve circundar as práticas de formação de gestores escolares.

Quando recebíamos os alunos para a disciplina Gestão III, éramos solicitadas para desenvolver atividades voltadas para o “como” fazer a gestão. Pediam modelos de planejamento, roteiros de pauta de reunião, roteiro de projeto político pedagógico, modo de preencher os formulários que vinham dos órgãos da administração central. Essas expectativas eram embasadas nas práticas de tinham vivenciado em outros momentos do curso e nos relatos de pessoas que já tinham concluído a formação.

A partir desse quadro, decidimos realizar uma prática docente que pudesse desenvolver um processo de aprendizagem mais crítico, consistente e coerente com a proposta educativa que estava pressuposta no projeto da Faculdade, verificando a legitimidade da intervenção.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcia Angela da Silva., Gestão da educação e a formação do profissional da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. & AGUIAR, Marcia Angela da Silva (orgs.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. 8 ed. S. Paulo: Cortez, 2012.

BAFFI, Maria Adelia Teixeira. O planejamento em educação: revisando conceitos para mudar concepções e práticas. Petrópolis, 2012. Disponível em:
http://www.miniweb.com.br/educadores/Artigos/PDF/fundamentos_educacao.pdf

FEBF/UERJ. Currículo do Curso de Pedagogia da FEBF – Multi-habilitação em Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar. Duque de CaxiasRJ, 2003.

LUCKESI, Carlos Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros. Desafios a serem enfrentados na capacitação de gestores escolares. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72. p. 97-112, fev/jun, 2002.